

Comissão debate clima e ações contra enchentes em São Paulo

Representantes da Prefeitura apresentam medidas de prevenção e adaptação climática

A Comissão Extraordinária de Inovação, Tecnologia e Cidade Inteligente da Câmara Municipal de São Paulo realizou uma reunião para discutir os impactos das mudanças climáticas na capital paulista e as estratégias adotadas pelo poder público para reduzir os riscos de enchentes e outros eventos extremos.

O encontro reuniu vereadores e representantes da Prefeitura, que apresentaram iniciativas voltadas à adaptação climática, ao monitoramento de riscos e à ampliação da capacidade de resposta da cidade diante de fenômenos meteorológicos cada vez mais frequentes e intensos. O debate ocorreu em um contexto de crescente preocupação com os efeitos das alterações climáticas sobre áreas urbanas, especialmente em grandes metrópoles como São Paulo.

Durante a reunião, os participantes abordaram ações relacionadas ao planejamento urbano, à gestão de recursos hídricos e à pre-

venção de alagamentos. Também foram discutidos mecanismos de integração entre diferentes órgãos municipais para fortalecer a capacidade de antecipação e resposta a situações de emergência causadas por chuvas intensas.

Entre os temas apresentados estiveram programas municipais voltados à adaptação climática e ao desenvolvimento de políticas públicas capazes de reduzir vulnerabilidades em regiões historicamente afetadas por enchentes. Os representantes da administração municipal detalharam iniciativas ligadas ao monitoramento das condições climáticas, ao planejamento preventivo e à implementação de projetos que buscam aumentar a resiliência da cidade diante de eventos extremos.

Os vereadores aproveitaram a oportunidade para questionar os representantes do Executivo sobre os desafios enfrentados pelo município de São Paulo diante das mudanças climáticas. Foram

levantadas questões relacionadas à drenagem urbana, à ocupação do solo, à preservação ambiental e aos investimentos necessários para minimizar os impactos de temporais sobre a população.

A discussão também destacou a importância do uso de tecnologia para o acompanhamento de áreas de risco e para a produção de dados que auxiliem na tomada de decisões. Os participantes avaliaram que sistemas de monitoramento, ferramentas de previsão meteorológica e mecanismos de gestão integrada podem contribuir para tornar mais eficientes as ações preventivas e emergenciais.

Outro ponto abordado foi a necessidade de articulação entre diferentes secretarias e órgãos públicos para a implementação de medidas de adaptação climática. Segundo os participantes, o enfrentamento dos desafios impostos pelas mudanças do clima exige atuação conjunta em áreas como infraestrutura, meio am-

biente, defesa civil, mobilidade e planejamento urbano.

Ao longo da reunião, também foram debatidas iniciativas previstas no Plano de Ação Climática do Município, instrumento que reúne metas e estratégias voltadas à redução de emissões de gases de efeito estufa e à adaptação da cidade aos impactos climáticos. Entre os objetivos do plano estão ações relacionadas à preservação ambiental, ampliação de áreas verdes, gestão de recursos naturais e fortalecimento da infraestrutura urbana.

Os participantes ressaltaram que episódios recentes de chuvas intensas registrados em diversas regiões do país reforçam a necessidade de investimentos contínuos em prevenção e adaptação. O tema tem ganhado espaço nos debates públicos em razão do aumento da frequência de eventos climáticos extremos e de seus impactos sobre a infraestrutura urbana, a mobilida-

de e a segurança da população.

A Comissão de Inovação destacou que o acompanhamento das políticas relacionadas às mudanças climáticas continuará entre os temas prioritários do colegiado ao longo do ano. A intenção é manter o diálogo com especialistas, representantes da administração pública e demais setores envolvidos na formulação e execução de ações voltadas à mitigação dos impactos ambientais e à proteção da população diante de situações de risco.

Ao final da reunião, os parlamentares reforçaram a importância de ampliar a cooperação entre Legislativo e Executivo para aprimorar políticas públicas voltadas à prevenção de enchentes, à sustentabilidade e à adaptação da cidade aos desafios impostos pelas mudanças climáticas. O debate integra uma série de discussões promovidas pela Câmara Municipal sobre inovação, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável.



O encontro na Câmara Municipal reuniu vereadores e representantes do executivo

Empresa é multada após demolição irregular de vila centenária na Vila Mariana

Reprodução/Mafnific/Representação gerada por IA

A Prefeitura de São Paulo aplicou uma multa de aproximadamente R\$ 15 mil à empresa responsável pela demolição de uma vila composta por nove casas antigas na Vila Mariana, zona sul da capital. A intervenção ocorreu sem autorização dos órgãos municipais responsáveis pela preservação do patrimônio histórico e urbanístico da cidade.

O conjunto de imóveis, localizado em uma área tradicional do bairro, era formado por construções com características arquitetônicas históricas e despertava interesse de moradores e entidades ligadas à preservação cultural. A demolição provocou repercussão entre especialistas, representantes da sociedade civil e órgãos públicos, que passaram a acompanhar melhor o caso.

Segundo a administração mu-

nicipal, a penalidade foi aplicada com base na legislação urbanística vigente. Além da multa, a Prefeitura informou que abriu procedimentos administrativos para apurar as circunstâncias da demolição e verificar eventuais responsabilidades adicionais. O terreno também deverá passar por análises técnicas para definir quais medidas poderão ser adotadas na sequência.

A área havia sido alvo de discussões sobre seu valor histórico. Moradores da região defendiam a preservação das edificações por considerarem que elas representavam parte da memória urbana da Vila Mariana, um dos bairros mais antigos da cidade. A destruição das casas reacendeu o debate sobre mecanismos de proteção de imóveis com relevância cultural que ainda não possuem tombamento formal.



Técnicos da Prefeitura deverão avaliar descumprimento

De acordo com informações divulgadas pelas autoridades municipais, a empresa não possuía autorização para realizar a demolição. A ausência das licenças necessárias levou à autuação e à abertura de no-

vas verificações por parte dos órgãos competentes. Técnicos da Prefeitura deverão avaliar se houve descumprimento de outras normas relacionadas ao uso e ocupação do solo.

O caso também chamou a aten-

ção de entidades ligadas à preservação do patrimônio histórico, que defendem o fortalecimento dos instrumentos de fiscalização para evitar a perda de imóveis considerados representativos da história paulistana. Especialistas apontam que construções antigas, mesmo quando não são oficialmente tombadas, podem possuir relevância arquitetônica, urbanística ou cultural para determinadas regiões da cidade.

Após a demolição, a Prefeitura informou que seguirá acompanhando a situação e analisará as providências cabíveis dentro dos processos administrativos em andamento. Os resultados das apurações poderão indicar novas sanções ou outras medidas previstas na legislação municipal, dependendo das conclusões técnicas e jurídicas obtidas durante a investigação.